

VOLTARÃO OS MILITARES À POLÍTICA?

JOÃO CARLOS GONÇALVES CAMINHA
Vice-Almirante (Ret^o)

Há bastantes motivos para se acreditar que nunca, desde os tempos coloniais, foi tão grande a ausência dos militares brasileiros do cenário político. Desconsiderando o período de 1964 a 1985, bem longe vão os dias em que nomes como Juarez Távora, Eduardo Gomes, Goes Monteiro, Cordeiro de Farias, Lott etc. figuravam com destaque no noticiário político do País. Recentemente, com a criação do Ministério da Defesa, deixou de existir qualquer militar no primeiro escalão decisório do Estado brasileiro a não ser na condição de assessor.

Em tese, deve-se admitir que tal ausência configura um avanço político. Retrata a realidade democrática vigente nos países do primeiro mundo.

Resta saber se essa nova situação tende a consolidar-se com o passar do tempo, pois, no Brasil, como na maior parte

das nações, existe uma grande correlação entre crises políticas agudas e presença militar na política.

Na verdade, gostando ou não, sob o prisma histórico, não só o Brasil como também países bem mais avançados como França e Espanha ostentam estruturas político-administrativas criadas pelas espadas de generais.

Referindo-se à França, assim escreveu o respeitado historiador Charles Seignobos: "Desde os guerreiros gauleses, César, Clóvis e Carlos Magno até Napoleão, os chefes de guerra foram sempre os senhores da França e aqueles que lhe modelaram a vida social e política."

Charles Seignobos morreu em 1942.

Era então a França, derrotada pela Alemanha em 1940, governada de Vicky pelo Marechal Petain, enquanto em Londres um obscuro general chamado Charles De Gaulle procurava reunir meios para libertar a Fran-

ça da ocupação germânica. Caberia a este último papel de destaque em 1958, na criação da atual Quinta República Francesa.

Da mesma forma, quaisquer que sejam as restrições cabíveis à atuação do General Francisco Franco na Guerra Civil Espanhola de 1935/39 ou na sua presença como ditador nos 34 anos subseqüentes, ninguém pode honestamente deixar de reconhecer que a Espanha monárquica de hoje, em grande parte, administrativa e politicamente falando, é obra sua. É mesmo altamente duvidoso que estaria no trono hoje o Rei Juan Carlos sem a atuação daquele general.

Como se sabe, os militares brasileiros derrubaram a Monarquia em 1889, inaugurando o período republicano. De lá para cá, considerando-se apenas o número de constituições que procurava estruturar e estabelecer uma ordem política no País, estaríamos na sexta República (1891, 1934, 1937, 1946, 1968 e 1988). Para outros já estaríamos na oitava república, levando-se em conta alterações de monta feita nas constituições.

Seria totalmente impossível considerar a transição da Primeira para a Sexta República brasileira, ignorando a presença militar.

Aceita a idéia de que existe forte correlação entre evolução política e presença militar na política, e não se sentindo a democracia brasileira fortemente alicerçada, cabe a indagação que constitui o título do presente artigo.

Para bem avaliar a possibilidade de os militares voltarem a participar da política doméstica do Brasil, como o fizeram da pri-

meira à sexta república, partiremos de **duas percepções básicas.**

A **primeira** foi mencionada pelo **Presidente Geisel** no seu depoimento publicado pouco anos antes de seu falecimento. De acordo com a mesma, os militares se dividem, grosso modo, entre uma minoria que se empolga pela política, procurando nela pesar, e por uma maioria que vê a participação na política como incompatível com o dever militar. (Aqui cabe-me reconhecer como pertencente à mencionada maioria apolítica.)

A **segunda percepção** foi muito bem abordada pelo **Dr. Abelardo Jurema**, Ministro da Justiça do Presidente João Goulart, no

seu livro *Sexta-Feira 13*. É a percepção de que, mesmo para os mais empedidos militares "apolíticos", existe um **limite do tolerável** no contexto político. E o Dr. Abelardo Jurema teve a honestidade intelectual de reconhecer que, em março de 1964, o Governo de então pro-

moveu a ultrapassagem desse limite, com os seus movimentos de massa e incentivos à indisciplina nas Forças Armadas.

Uma terceira percepção é do autor do presente artigo. Nasceu do contato, ao longo de 40 anos da carreira militar, com inúmeros oficiais "politizados", desde ex-integralistas até simpatizantes do socialismo, passando por getulistas e anti-getulistas, lacerdistas e anti-lacerdistas, udenistas e pessedistas, integrantes da "linha dura" etc. Designei essa terceira percepção como **limite do palatável**, uma percepção que antecede a do "limite do tolerável".

Está visto que esses limites não têm parâmetros rígidos. São dependentes de

O período de 1930 a 1945 foi perturbado politicamente pela forte presença de ideologias extremistas importadas e pelos reflexos da Segunda Guerra Mundial

características pessoais e da formação moral e profissional de cada um. São dependentes de condicionamentos econômicos e sociais a que cada militar está sujeito. Contudo, deve-se entender que o "limite do palatável" raramente é o mesmo para militares "politizados" e "apolíticos". O "limite do tolerável" é mais estreito, tendendo ser o mesmo para as duas categorias.

Está visto que o "limite do tolerável" varia de militar para militar. Para o "politizado" esse limite é estabelecido por seus pensamentos políticos. Para o "apolítico" esse limite aparece em função de valores militares, como a hierarquia e a disciplina.

Com base nessas três percepções, talvez seja lícito admitir-se que o Império brasileiro ruíu em 1889 quando, para a minoria de militares "politizados", o Império passou a os tentar uma estrutura política inadequada. É possível que assim não fosse para a maioria apolítica, mas entre reprimir pelas armas o levante republicano ou aderir ao mesmo, decidiu-se pela segunda opção.

Historicamente, não se pode dizer que procederam erradamente, pois a Monarquia já não dava sinais de vitalidade.

A Primeira República logrou passar por muitas turbulências e chegar até os anos 20.

Então, o idealismo de uma oficialidade jovem, repugnada com o comportamento dos políticos no nível federal, estadual e municipal, aliando-se a correntes oposicionistas, puseram-na em cheque. Contudo, os movimentos de 1922 e 1924 não triunfaram por não terem logrado a adesão da maioria "apolítica". Nesse sentido, nem

mesmo a longa e duradoura marcha da chamada Coluna Prestes pelo interior do Brasil teve êxito.

Em outubro de 1930, mais uma vez, militares "politizados", articulando-se com civis oposicionistas, tentaram derrubar a "república dos coronéis" e das eleições a bico-de-pena. Conseguiram-no no fim daquele mês, quando os militares "apolíticos" viram o limite do tolerável ser atingido perante a perspectiva de uma sangrenta guerra civil. Preferiram, pois, os militares "apolíticos" aceitarem uma nova ordem política de contornos indefinidos do que lutar por aquela que, ainda mais do que a Monarquia, demonstrava sinais de agonia.

No período de 1930 a 1945, não me parece que o comportamento dos militares brasileiros no contexto político possa ser interpretado recorrendo-se basicamente às três percepções aqui aceitas. Foi um período com forte presença de ideologias extremistas importadas, fato pouco

observado no decurso da Primeira República. Nesse período, os tenentes idealistas dos anos 20 logo perderam espaço político para Getúlio Vargas e seus seguidores. Pode-se dizer que alguns militares, inconformados, apoiaram a Revolução de 1932, mas sem logram a adesão da maioria "apolítica". Embora nas eleições de 1945 a minoria de militares "politizados" tenha votado no Brigadeiro Eduardo Gomes, não se pode afirmar, em contrapartida, que a maioria "apolítica" tenha votado no General Dutra.

O período de 1930 a 1945 foi perturbado politicamente pela forte presença de ideologias extremistas importadas e pelos reflexos da Segunda Guerra Mundial.

Qualquer pesquisa de opinião pública mostra que, para o povo brasileiro, as Forças Armadas inspiram maior confiança do que a maior parte das instituições da Sétima República

As duas percepções básicas voltam a ter presença mais nítida a partir do retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951. Sem dúvida, oficiais fortemente "politizados" influíram nos acontecimentos políticos que culminaram com o suicídio do Presidente em 1954.

O sucesso dos militares politizados nos acontecimentos políticos de agosto de 1954 não se repetiu no ano seguinte. A tentativa de forçar a substituição do Ministro do Exército causou uma reação na qual os ditames da disciplina e da hierarquia pesaram mais do que os objetivos políticos.

No decorrer do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, os militares "politizados" falharam em obter a adesão dos militares "apolíticos".

Para a maioria "apolítica", tratava-se de um governo que talvez tivesse ultrapassado o "limite do palatável" sem ter ultrapassado o "limite do tolerável".

A falta de unanimidade dos militares na esfera política acabou levando à implantação do parlamentarismo em sequência à renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Assim, o Dr. João Goulart, sem ter nenhum soldado sob seu comando direto, chegou à Presidência da República dentro de uma composição de forças onde os militares "apolíticos" preferiram tê-lo como comandante aos riscos de um confronto armado. Tal composição desfez-se menos de três anos depois, por ação do próprio Presidente.

Ao incentivar abertamente a indisciplina nas Forças Armadas, João Goulart conseguiu, contra si, a virtual unanimidade de militares "politizados" e "apolíticos", fato

raro na história de qualquer país. Salvo engano, em tempos recentes, só o Chile, em 1973, conseguiu um presidente ter contra si a totalidade das Forças Armadas, incluindo aí os disciplinados carabineiros.

A explicação para essas duas unanimidades é muito simples para os militares "apolíticos" que viveram no Brasil em 1964 ou no Chile em 1973.

Em relação aos generais que assumiram a Presidência da República no período de 1964 a 1985, cabe observar que, ao meu entendimento, apenas dois deles merecem ser vistos como militares "politizados": os Generais Geisel e Figueiredo. Os outros dois, os Generais Castello Branco e

Garrastazu Médici, foram oficiais nitidamente "apolíticos". Colocaram a faixa presidencial, a contragosto, no cumprimento do que viam como uma missão imposta pelas Forças Armadas.

Há cerca de dois anos, escrevi um artigo para a *Revista Marítima Brasileira* que

via como muito pouco provável o retorno dos militares à política. Ainda penso assim, mas já não vejo tal hipótese como uma impossibilidade total, a despeito de parte substancial da mídia com frequência denegrir os militares e exaltar os que se opuseram aos governos militares apelando para seqüestros e outros atos terroristas.

Entretanto, qualquer pesquisa de opinião pública mostra que, para o povo brasileiro, as Forças Armadas inspiram maior confiança do que a maior parte das instituições da Sétima República. Constituem elas a reserva moral da Nação.

Isso, evidentemente, não é saudável à estabilidade de uma Democracia.

Ainda há a esperança de que a democracia brasileira se mostre suficiente madura e forte para contornar, no plano político, a problemática dela resultante

Isso pode, eventualmente, conduzir a apelos aos militares por parte de segmentos da sociedade, como já aconteceu no passado.

Também não se pode descartar a hipótese de o Poder Executivo cair nas mãos de demagogos, desencadeando consequências desastrosas nos campos social e econômico. Inverter o rumo da atual política

econômica, acabar com as privatizações, romper com o FMI, não honrar compromissos assumidos por governos anteriores, promover invasões de terras produtivas, deflagrar moratória, tudo isso tem figurado, claramente ou não, nos discursos de vários dos postulantes à Presidência da República.

E a simples perspectiva de que tais propostas venham a ser implementadas nos próximos anos já se refletiu negativamente nos investimentos feitos no País.

Assim, pois, sempre dentro da hipótese pessimista da entrega do Poder Executivo a demagogos, surge acima do horizonte, como possível, um quadro perigoso de inflação, estagnação e falta de credibilidade. Um quadro apto a provocar em demagogos reações erráticas cada vez mais radicais.

Um quadro apto a provocar apelos aos militares.

Concretizando-se a hipótese pessimista, ainda há a esperança de que a democracia brasileira se mostre suficiente madura e forte para contornar, no plano político, a problemática dela resultante. Afinal, em 1992, a Sétima República enfrentou com sucesso a crise do *impeachment* sem recorrer a militares.

Que se considere agora, em linhas ge-

rais, o que parece ser o sentir da maioria dos militares em relação à Sétima República.

Há, em primeiro lugar, o desejo de manter as Forças Armadas longe da política doméstica, como exige o funcionamento de uma democracia sadia. Por outro lado, também existe o sentir de que instituições importantes da estrutura política e administrativa do País apresentam sintomas de intoxicação provocados pelos vírus da corrupção e do corporativismo. De qualquer forma, é lícito admitir-se que, por enquanto, os militares "politizados" não vêm como próximo o "limite do tolerável".

Seria arriscado dizer a mesma coisa em

relação ao "limite do palatável".

Na verdade, para usar uma expressão corriqueira, de 1985 para cá, os militares engoliram muitos sapos servidos por organismos da Sexta República. Viram, por exemplo, comunistas admiradores de Stalin

**Viram, por exemplo,
comunistas admiradores de
Stalin erguerem em Volta
Redonda um monumento à
glória dos operários que
foram abatidos ao
ameaçarem dinamitar os
altos-fornos da usina
siderúrgica ali existente.
Viram as famílias dos que
morreram tentando
implantar no Brasil uma
ditadura comunista serem
agraciadas pelo Estado
brasileiro de uma forma
que não mereceram as
famílias dos militares
tombados na Segunda
Guerra Mundial**

erguerem em Volta Redonda um monumento à glória dos operários que foram abatidos ao ameaçarem dinamitar os altos-fornos da usina siderúrgica ali existente. Viram as famílias dos que morreram tentando implantar no Brasil uma ditadura comunista serem agraciadas pelo Estado brasileiro de uma forma que não mereceram as famílias dos militares tombados na Segunda Guerra Mundial. Assistiram ao deboche jurídico de uma agitadora da esquerda, morta em acidente automobilístico, ser apontada como vítima de um assassinato praticado por militares etc., etc.

Provavelmente, o que mais tem desgastado a Sexta República, tanto aos olhos dos

militares “politizados” como dos “apolíticos”, é sua impotência perante os seguidos e crescentes motins das polícias militares estaduais. Tratando-se de um problema que envolve diretamente não só a segurança do povo mas também as bases da hierarquia, da disciplina e da autoridade, ele tem conteúdo explosivo. Minimizá-lo é agravá-lo.

Finalizando e procurando responder à pergunta que encima o presente artigo, eu diria: “Não sei. Não depende dos militares. Depende do comportamento futuro dos políticos e das reações da sociedade brasileira.”

Há três anos a minha resposta foi “Não”.

1 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<HISTÓRIA DO BRASIL> / Política /; Militares na Política;

**Deus dá lições mais difíceis
aos melhores alunos.**

Sêneca